



MULHERES ♀ EM LUTA

Jornal da Secretaria de Mulheres da UMM/SP - II semestre 2025

VOZES DA MUDANÇA: MULHERES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Secretaria de Mulheres da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) destaca o papel central das mulheres na luta por uma cidade mais justa e direito à cidade. Historicamente, a organização política das moradoras de periferia é fundamental para denunciar as desigualdades sociais e enfrentar a violência em todas as suas formas e, agora, soma-se a elas, o enfrentamento aos desafios das mudanças climáticas nos grandes centros urbanos.

Ao defenderem o direito de viver com segurança e qualidade, as mulheres da periferia também estão garantindo o futuro de suas comunidades e se consolidando como líderes no combate à emergência climática.

MULHERES PERIFÉRICAS LIDERAM A LUTA POR RESILIÊNCIA URBANA

A vulnerabilidade climática é uma realidade gritante nas áreas urbanas precárias. As moradias, muitas vezes construídas em encostas ou em locais sujeitos a inundações, são as primeiras a serem afetadas por chuvas intensas e deslizamentos de terra. As ondas de calor também se tornam mais perigosas em casas sem ventilação adequada e com infraestrutura deficiente.

Em meio a esse cenário, as mulheres são as mais impactadas. Elas são as principais responsáveis pelo cuidado com a casa e a família, e essa sobrecarga aumenta em momentos de desastre. A perda de bens, o medo de evacuar a família e a dificuldade de acesso a serviços básicos como água e saúde se intensificam, expondo-as a uma violência que é, ao mesmo tempo, social e ambiental.

À frente das articulações coletivas, sociais e políticas, essas mulheres transformam a adversidade em ação, li-



derando iniciativas comunitárias de monitoramento, prevenção e adaptação. É na força dessa articulação e na resiliência de suas redes que a resistência às mudanças climáticas é ainda mais potente.

AÇÕES DA BASE CONTRA OS IMPACTOS CLIMÁTICOS: O EXEMPLO DA OCUPAÇÃO GAIVOTAS

Em um esforço para combater as mudanças climáticas de forma prática e comunitária, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) e a Frente Periferia por Direitos realizaram uma roda de conversa e oficina na Ocupação Gaivotas, no dia 2 de agosto de 2025. A Ocupação Gaivotas está localizada no distrito do Grajaú, no extremo sul de São Paulo, às margens da Represa Billings e em área de proteção de mananciais

A iniciativa demonstra como a população periférica está se organizando para mitigar os impactos ambientais e construir um futuro mais sustentável. A atividade, conduzida por Rogério Verde, do projeto Dedo Verde, focou em ações concretas que podem ser replicadas no dia a dia. A oficina ensinou aos participantes técnicas essenciais para minimizar o impacto ambiental, como o descarte correto de materiais químicos e eletrônicos. Outro ponto de destaque foi o aprendizado sobre o reaproveitamento de óleo de cozinha usado para a produção de sabão, uma prática que evita a contaminação da água e gera um produto útil para o dia a dia das famílias.

Do Conhecimento à Prática

Após a oficina, a teoria deu lugar à prática. A comunidade se uniu para o plantio de 30 mudas, doadas pelo Movimento de Moradia Leste 1. A atividade foi descrita como “maravilhosa” e de “muito ensinamento”, reunindo pessoas de todas as idades

— de crianças a idosos —, o que reforça o caráter intergeracional da causa ambiental.

O evento na Ocupação Gaivotas ressalta a importância das ações de base na luta por justiça climática. Enquanto as grandes discussões acontecem em fóruns internacionais, a realidade das periferias mostra que a mudança começa com o conhecimento compartilhado e a ação coletiva. A doação das mudas e a participação de diferentes gerações simbolizam o compromisso com o meio ambiente, mostrando que a luta por moradia digna e a defesa do meio ambiente são partes de um mesmo movimento.



GIRABELHINHAS: MULHERES NA LINHA DE FRENTE DA SUSTENTABILIDADE E RENDA

O projeto Girabelhinhas é um farol de Economia Solidária em Guaianases, Zona Leste de São Paulo, focado na geração de renda através do cultivo de mudas da Mata Atlântica e da meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão). O Girabelhinhas é uma destas ações impulsionadas pela força e dedicação de mulheres.

O projeto começa com a formação e capacitação através de aulas teóricas e práticas essenciais para a produção de mudas e a extração de mel. Essa jornada de aprendizado culmina na implantação do meliponário e no início do cultivo de mudas, demonstrando na prática o poder da construção coletiva de um futuro pautado pela defesa de um meio ambiente equilibrado.

Cada encontro, cada muda plantada e cada gesto das participantes reafirma o papel essencial das mulheres na defesa do meio ambiente. Elas vão além do cuidado com a terra; ressignificam o modo como a comunidade se relaciona com o território e a cidade.

Ao trabalhar a geração de renda com sustentabilidade e os princípios da Economia Solidária, o Girabelhinhas oferece autonomia financeira através de novos conhecimentos. As mulheres do Girabelhinhas são agentes de mudança, e lideram o caminho para um desenvolvimento mais justo e verde.



COLETIVO DE ENERGIA SOLAR: MULHERES PERIFÉRICAS LIDERAM A REVOLUÇÃO ENERGÉTICA

O Coletivo de Energia Solar nasce com o objetivo central de garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todas as pessoas. A iniciativa atua no combate direto às desigualdades no acesso à eletricidade, difundindo soluções de inovação social e implementando a instalação e gestão de painéis fotovoltaicos nos conjuntos habitacionais construídos por autogestão.

O processo de construção do Coletivo, realizado por meio de oficinas participativas, segue a trajetória vitoriosa dos processos de autogestão habitacional. O Coletivo se constrói com a força e a articulação de militantes dos movimentos de moradia, com especial destaque para as mulheres dos grupos de base e mutirões. São elas que trazem o modelo organizativo baseado nos princípios da participação, ajuda mútua, saber popular, solidariedade e justiça social.



O acesso à energia não é apenas um serviço; é um direito básico essencial para a concretização da vida digna nas cidades. A energia funciona como porta de entrada para direitos fundamentais como a educação, a saúde e a segurança alimentar. Assim, as mulheres que constroem este Coletivo lideram uma luta por autonomia e resiliência urbana, garantindo que a tecnologia solar sirva diretamente à comunidade e à dignidade de seus lares.



A FORÇA HISTÓRICA DAS MULHERES PARA A LIDERANÇA FEMINISTA DA COP30

O Brasil sedia a COP30 em Belém do Pará, de 10 a 21 de novembro de 2025, e com ela ressurgem um dos mais importantes espaços de resistência da sociedade civil: a Cúpula dos Povos, que acontece de 12 a 16 de novembro. Esse movimento, essencial para a justiça climática global, encontra suas raízes históricas em uma iniciativa pioneira: o “Planeta Fêmea”, marco do protagonismo das mulheres nos debates ambientais durante a ECO 92, no Rio de Janeiro, um divisor de águas no debate global sobre meio ambiente.

A Cúpula dos Povos foi constituída durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92) como um espaço de diálogo autônomo, onde movimentos sociais e ativistas debateram modelos de desenvolvimento e justiça social e ambiental, em contraste com as conferências oficiais da ONU. Foi nesse campo de resistência conceitual que a participação das mulheres se destacou através do “Planeta Fêmea”. Esta foi a maior e mais diversa tenda organizada no Fórum Global da época, abrigo de discussões vitais com foco na realidade das mulheres. Os temas debatidos iam da Relação do desenvolvimento com a natureza, Democracia participativa, Biodiversidade e Alimentação, até a Violência Contra as Mulheres.

Hoje, esta história ganha nova força com a atuação direta da Secretaria das Mulheres da União Nacional por Moradia Popular (UNMP). A UNMP e a Rede Mulher e Habitat da América Latina e Caribe subscrevem a Carta da Cúpula dos Povos e articulam a participação em movimentos mistos e organizações feministas.

“Se não há justiça urbana, não há justiça ambiental. É fundamental discutir o acesso ao direito à cidade, moradia, saúde e ter uma vida plena”, afirma Graça Xavier, Coordenadora da Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste e da UMM/SP. Ela enfatiza que a luta da UNMP defende a participação das mulheres que trabalham na base dos territórios, garantindo que suas questões cotidianas incidam diretamente sobre as pautas ambientais.

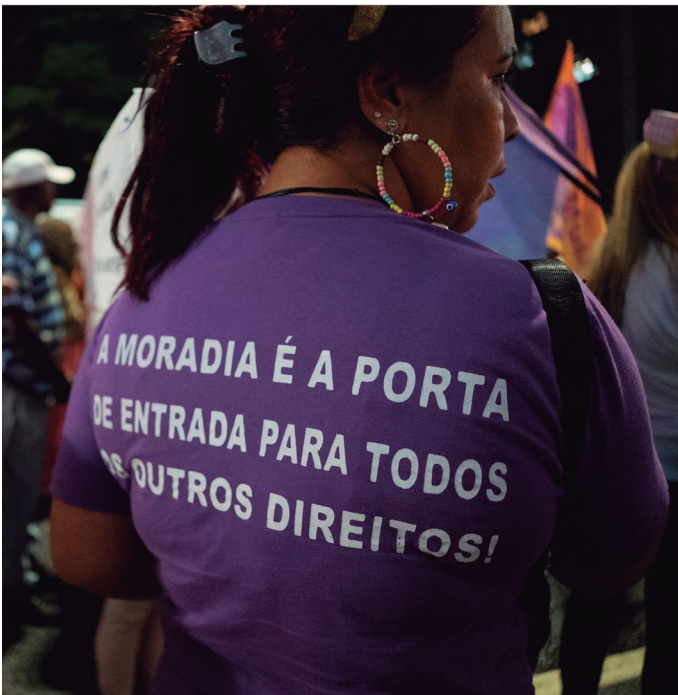
Graça Xavier acredita que as mulheres, como maioria da população mundial, assumem a responsabilidade de articular e mobilizar todos os segmentos da cidade e da zona rural. “Agora, incidimos na COP 30, local onde acreditamos que a Carta dos cinco objetivos atingirá diretamente as mulheres do mundo, lutando por essas políticas públicas”, conclui. Assim, a Secretaria das Mulheres da UNMP garante que a perspectiva de gênero, raça e moradia se torne o pilar da luta por justiça climática e justiça ambiental em Belém, posicionando o protagonismo feminino e feminista como meio prático para soluções de sustentabilidade do futuro.

AS MULHERES DA MORADIA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao longo do ano, a Secretaria de Mulheres da UMM/SP se engajou no ciclo de Conferências de Políticas Públicas, começando pelos municípios e avançando às etapas estaduais, garantindo que as demandas das bases cheguem à esfera federal.

O ápice dessa mobilização é a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que acontece em Brasília, de 29 de setembro a 1º de outubro. Nela, as reivindicações, construídas em 23 estados onde a UNMP atua, convergem em um único documento. A diversidade regional de um país continental exige que as Conferências Estaduais acolham as demandas, prestigiando as propostas que alcançam um nível mais geral para a etapa nacional.

Para a Secretaria de Mulheres da UMM/SP, é inevitável que na esfera Nacional a pauta priorize o cenário macro, focando em políticas públicas mais abrangentes. O desafio é garantir que as demandas regionais, mesmo as mais específicas, encontrem eco nas propostas que se apresentam. Por isso, a pauta se concentra em reivindicações que atendem ao interesse da maioria, como a luta por maior subsídio no programa Minha Casa Minha Vida para mulheres chefes de família e a ampliação do atendimento a mulheres vítimas de violência.



VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE MULHERES DE SÃO PAULO



A VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, realizada nos dias 12 e 13 de julho de 2025, constituiu um momento crucial de participação democrática. Com o tema “SP Por Todas: Mais Direitos, Mais Cuidado, Mais Futuro”, o evento reuniu 366 mulheres credenciadas com o objetivo de construir propostas voltadas ao fortalecimento e à melhoria das políticas públicas municipais.

O encontro, organizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, teve quatro eixos temáticos centrais em debate, que incluíram a autonomia financeira, o enfrentamento

à violência e a discussão de políticas de cuidado e saúde integral da mulher.

Apesar da importância da pauta, a Conferência não teve a atenção que merecia do poder municipal. Nossas representantes relataram obstáculos significativos, como um local de difícil acesso para muitas mulheres das regiões periféricas, o que impactou o início do credenciamento e a dinâmica de participação.

Apesar dos desafios, a Secretaria das Mulheres da UMM/SP (União dos Movimentos de Moradia de São Paulo) organizou-se ativamente para garantir a presença e a voz de suas bases no evento. Para a entidade,

a Conferência Municipal é o ponto de partida fundamental para um novo ciclo de transformações.

O debate nas oficinas e na plenária final foi marcado pela necessidade de reconhecer a diversidade das mulheres – negras, indígenas, trans, com deficiência, jovens e idosas. O objetivo central é desenhar políticas públicas efetivas, baseadas na interseccionalidade, que garantam que nenhuma mulher seja deixada para trás na construção da igualdade e do direito à cidade. As propostas aprovadas agora seguem para a etapa estadual, dando continuidade à mobilização social.

CONFERÊNCIA ESTADUAL VIRA ‘BOICOTE DIGITAL’ CONTRA MULHERES

A Secretaria de Políticas para a Mulher do Governo de São Paulo, comandada por Valéria Bolsonaro (PL), está no centro de uma tempestade de críticas à realização da V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres nos dias 21 e 22 de agosto de 2025. O foco da controvérsia é a decisão da Secretária em realizar o encontro exclusivamente de forma virtual, uma escolha que, segundo militantes e movimentos sociais, resultou no silenciamento e exclusão da base popular.

Perpetuação da Exclusão Estrutural das Mulheres na Política

Ao impor o formato online, a gestão de Valéria Bolsonaro foi diretamente responsável por impedir a participação ampla e democrática. A promessa de “inclusão” da Secretaria não se concretizou:

- Exclusão Digital: O formato remoto criou uma barreira para mulheres das periferias e do interior que carecem de acesso estável à internet e equipamentos adequados, inviabilizando o debate em um

- estado com a maior delegação para a etapa nacional.
- Caos Operacional: O evento foi marcado por falhas na transmissão em Libras e instabilidade na conexão, denunciadas pela militância.
 - Silenciamento e Abrupto Fim: O encontro culminou em um encerramento abrupto e sem transparência no momento crucial da eleição de delegadas, sob a alegação de “inconsistência nos dados”.

Nosso repúdio é um apelo direto ao governo de Tarcísio: “Política pública se constrói com escuta, com respeito e com presença. Não queremos mais espaços simbólicos, queremos voz de verdade, por isso exigimos que as próximas conferências sejam realmente democráticas, com condições reais de participação, especialmente para nós, mulheres da base, que vivemos a realidade todos os dias.”

A polêmica na V Conferência Estadual de São Paulo demonstra o descompasso entre o discurso do governo e a prática democrática, lançando uma sombra sobre o compromisso da Secretaria de Políticas para a Mulher com a real diversidade e participação das mulheres paulistas.

UMM/SP NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

A atuação da Secretaria de Mulheres da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP) ultrapassa as pautas habitacionais, garantindo sua presença em um dos espaços mais vitais para a proteção dos cidadãos: o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE).

O CONDEPE, órgão da administração estadual, possui a missão constitucional de investigar violações de direitos humanos no estado de São Paulo, receber e encaminhar denúncias às autoridades competentes e propor soluções para problemas de garantia dos direitos fundamentais. Ele funciona, essencialmente, como uma trincheira de defesa da dignidade.

Voz Contra a Violência e a Impunidade

Neste contexto, a representatividade da UMM/SP é crucial. A Conselheira Vitória Regina Lima Ramos é a voz da base dentro do CONDEPE, assegurando que as pautas das mulheres, especialmente as mais vulneráveis, cheguem ao centro do debate estadual.

Como bem destaca seu relato, o conselho é vital para as mulheres: “Nós mulheres, que somos quem mais sofre feminicídio, também precisamos do CONDEPE”. Ao receber denúncias que ferem o direito das pessoas, o Conselho se torna um instrumento fundamental para combater a violência e a impunidade que atingem a população feminina periférica e nossos filhos, pretos e pobres.

A presença da UMM/SP neste conselho de direitos humanos solidifica a estratégia da entidade de atuar de forma in-



tersetorial. Mais do que buscar moradia, o movimento luta pela vida plena das mulheres, compreendendo que o direito à casa está intrinsecamente ligado ao direito à segurança e à dignidade humana.

A representação da UMM/SP no CONDEPE não é apenas simbólica; ela é um mecanismo de controle social que força o olhar do Estado para as violações vividas pelas mulheres, transformando a experiência da base em pauta política estadual.

UNIÃO REFORÇA LUTA POR SAÚDE DAS MULHERES NO CONSELHO GESTOR

A Secretaria de Mulheres da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP) atua ativamente no Conselho Gestor de Saúde da cidade, defendendo as políticas de saúde que impactam diretamente a comunidade. Com representação própria, a Secretaria trabalha para assegurar que as demandas femininas recebam a devida atenção e sejam atendidas.

Problemas como a demora no atendimento e a falta de acesso a exames e consultas afetam diariamente as mulheres. É crucial que elas tenham voz e participação em instâncias decisórias, como o Conselho Gestor de Saúde, para garantir que suas necessidades sejam consideradas na formulação das políticas.

A presença da Secretaria de Mulheres da UMM/SP neste conselho é de grande importância para a defesa do SUS (Sistema Único de Saúde) em São Paulo sempre ameaçado pelo avanço de políticas neoliberais que favorecem os interesses da medicina privada. Por isso, as mulheres da União cobram apoio de todo o movimento para lutar pelo direito à saúde pública, gratuita e de qualidade.

A Secretaria de Mulheres da UMM/SP mantém seu compromisso em garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade. Nossa luta foca na defesa do SUS e na garantia dos direitos das mulheres à saúde. Juntas, transformamos a realidade.

Com base em nossa conversa, que enfatiza a atuação da UMM/SP e a importância da participação popular em conselhos, aqui está um texto focado na eleição para o Conselho Municipal de Habitação (CMH). O texto é direto, evita gerúndios e destaca a vitória a União.

UNIÃO CONQUISTA CADEIRAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

No dia 20 de julho, a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP) garantiu uma importante vitória na eleição para a próxima gestão do Conselho Municipal de Habitação (CMH). O processo eleitoral, realizado em diversos locais de votação da cidade, define os membros que influenciam e fiscalizam diretamente a política habitacional da capital.

O CMH é um órgão tripartite essencial. Ele delibera sobre diretrizes, estratégias e prioridades de habitação, além de definir os critérios de atendimento habitacional e fiscalizar recursos federais, estaduais e municipais destinados à Secretaria de Habitação.

Representação Histórica da Base Popular

A UMM/SP, cuja importância nacional na luta pelo direito à moradia digna é amplamente reconhecida, articulou uma chapa fundamental para representar os interesses das classes populares. A composição da chapa uniu diversas entidades e movimentos da base, assegurando a diversidade territorial e de pautas.

A mobilização resultou na eleição de quatro representantes da União, sendo dois titulares e dois suplentes, que agora ocuparão vagas no Conselho. Este resultado é crucial: ele assegura que a voz das comunidades, que vivem diariamente os desafios da moradia, fará parte das decisões estratégicas da cidade.

A União dos Movimentos de Moradia aguarda com expectativa a posse de seus representantes para iniciar este novo ciclo de luta e defesa do direito à moradia digna em São Paulo. A presença da UMM/SP no CMH é a garantia da fiscalização popular sobre a política habitacional.



A NOSSA PRESENÇA NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS

A secretaria de Mulheres da UMM/SP também está presente no Conselho Municipal de Políticas Urbanas (CMPU) exercendo a cidadania, o urbanismo social e debatendo a cidade que queremos. Este espaço discute a cidade e a participação da população nas decisões tomadas pelo poder público, referentes às políticas de desenvolvimento urbano.

Com um olhar atento e profundo sobre os nossos territórios, vivenciamos os principais problemas urbanos nas áreas de regularização fundiária, habitação, saneamento ambiental e mobilidade, potencialidades econômicas, sociais e culturais da cidade, visamos sempre transformá-los em espaços públicos de qualidade, acessíveis, próximos ao seu local de moradia.

A secretaria de Mulheres tem três conselheiras no CMPU e marcaram sua participação, presença e trabalho na comissão executiva da 8ª Conferência Municipal de São Paulo.

Durante esta gestão, o Conselho Municipal de Políticas Urbanas foi responsável pela organização, construção e execução da 8ª Conferência Municipal de Cidade de São Paulo,



tendo na sua composição executiva a maioria de mulheres que discutem e organizam a cidade pensando em seu bem estar social.

A Conferência teve como foco principal a Habitação de Interesse Social com qualidade, infraestrutura e integrada à rede de equipamentos públicos e serviços urbanos. Além de temas urgentes da atualidade como mudanças climáticas e vulnerabilidade da população em ocupações de áreas de risco.

Nossa luta é pela ativação e fortalecimento dos instrumentos de gestão democrática, política urbana, que devem ser prioridades para Política Municipal de Desenvolvimento Urbano.

PROTAGONISMO FEMININO NA AUTOGESTÃO: MULHERES CONSTROEM CASAS, CIDADANIA E LUTA POR DIREITOS



A luta por moradia digna no Brasil tem um rosto cada vez mais visível e atuante: o das mulheres. Longe de seremos apenas beneficiárias passivas de políticas habitacionais, nos tornamos as principais arquitetas de nossas vidas e de nossas comunidades através da autogestão da moradia. Esse modelo não é apenas sobre tijolos e cimento; é um profundo processo de empoderamento que transforma a nossa realidade, especialmente as de baixa renda, que historicamente enfrentam a invisibilidade e a desigualdade social.

De Invisíveis a Agentes de Transformação

A participação feminina na autogestão é um caminho onde as mulheres tomam o protagonismo na construção de nossas casas, na organização de nossas comunidades e na luta por direitos à cidade. Essa atuação é vital

para combater a dupla jornada de trabalho e as condições precárias de moradia que, de forma desproporcional, atingem as mulheres. Ao assumir a gestão desses espaços, saímos da margem e assumimos as rédeas, tomando decisões cruciais sobre o planejamento das moradias e a organização da vida comunitária.

Entidades como a UMM-SP desempenham um papel fundamental ao dar apoio para que a gente acesse esses espaços de poder. É nesse ambiente que conquistamos autonomia econômica, social e política, nos tornando, de fato, “agentes de transformação” em nossas vidas e no coletivo.

Consciência Política e Luta Ampliada

O impacto do trabalho feminino na autogestão transcende a questão habitacional. A participação ativa nesses movimentos formam a consciência política das mulheres. Ao estarmos engajadas na esfera pública e na tomada de decisões, fortalecemos a luta por temas cruciais que nos afetam diretamente.

Este engajamento impulsiona a reivindicação por igualdade de gênero, o avanço de direitos civis e políticos e, de maneira crítica, o combate à violência doméstica. Ao nos vermos como cidadãs plenas e “construtoras de realidade”, o processo nos leva a repensar nossos papéis na sociedade.

Assim, a autogestão, prova ser uma ferramenta poderosa para a conquista da moradia e, inseparavelmente, da dignidade e da plena cidadania das mulheres.

8 DE MARÇO E A LUTA PERMANENTE DAS MULHERES

A Secretaria de Mulheres da UMM/SP integra ao seu histórico de luta a mobilização contínua pela pauta feminina, especialmente no Dia Internacional da Mulher (8 de Março). A cada ano, o movimento amplia sua visibilidade ao unificar a luta pela democracia e pelo acesso à cidade com temas urgentes, como a crise climática e as enchentes.

Para que essa mobilização ganhe força, o movimento inicia um debate amplo em dezembro, preparando e capacitando as mulheres de base em um processo de formação intensiva. Este esforço é vital para que as participantes enfrentem o machismo e o patriarcalismo que historicamente nos submetem. O resultado concreto dessa ação coletiva se manifesta na própria estrutura da UNMP: é o único movimento popular onde a maioria dos cargos em conselhos institucionais é ocupada por mulheres, as quais, a partir da Secretaria das Mulheres, passaram a ocupar postos de destaque, inclusive no Legislativo.

Ação e Conquistas

A força dessa articulação gerou conquistas significativas nos últimos anos. No grande 8 de Março de 2023, o movimento garantiu a aprovação de um novo projeto do “Minha Casa, Minha Vida” que prevê 100% de subsídio para o atendimento a mulheres vítimas de violência. Essa vitória se repetiu no município de São Paulo, inserindo a mesma proteção no artigo 9º do Projeto de Lei Pode Entrar.

O engajamento estratégico da Secretaria das Mulheres da UNMP impulsiona a conscientização de que a justiça urbana é inseparável da justiça ambiental. Por meio de cursos sobre regularização, urbanização, racismo ambiental e questões climáticas, a UNMP incentiva a ação direta das mulheres em seus territórios. Elas entendem que, embora as dificuldades sejam diferentes

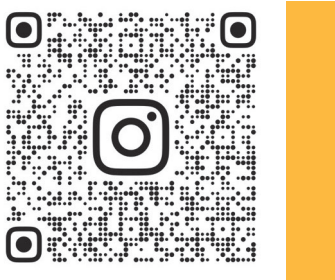
regionalmente (como o calor extremo ou a escassez de água), existe uma pauta de luta unificada que se expressa através do lema: A Moradia é a Porta de Entrada Para Todos os Outros Direitos.

Além da mobilização de 8 de Março, a União mantém um calendário ativo, que inclui o combate à violência contra a mulher e a celebração do Dia das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas (25/07), garantindo que a luta pela dignidade e o direito à moradia seja contínua e inclusiva.



SIGA A UMM NAS REDES SOCIAIS E FAÇA PARTE DA NOSSA HISTÓRIA

@uniaonacionalpormoradia @umm.sp www.unmp.org.br



Expediente: Supervisão: Secretaria de Mulheres da UMM/SP | Editora responsável: Cecília Capistrano Bacha | Jornalista Convidada: Mara Ribeiro | Edição de Arte: Alex Franco

